

Anexo IV

Enquadramento Legal

1. Enquadramento Legal

Hoje em dia, o Património Cultural é associado a todos os vestígios, materiais e imateriais, do passado, sublinhando a sua diversidade e pluralidade de leituras, e destacando a sua relevância para a construção de múltiplos futuros (González Méndez, 2000).

O património cultural é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultural de um povo através do tempo.

Neste âmbito, existem diplomas legais que, definem atribuições, estabelecem critérios e regulam a atividade no âmbito da proteção e valorização do património cultural, mais especificamente, no que diz respeito ao património arqueológico.

Ao longo do século XX, foram elaborados documentos a nível internacional, nacional e municipal, que visam a proteção e conservação de monumentos, sítios e coleções, o que tem levado a uma crescente preocupação, no seio político e académico, em relação à defesa proteção e salvaguarda do património.

1.1. Enquadramento Legal – Internacional

As Cartas Patrimoniais, elaboradas e aprovadas em convenções mundiais, têm como objetivo a emissão de diretivas que pretendem uniformizar a nível internacional, medidas de proteção e salvaguarda do património cultural.

A Carta de Atenas (Grécia), assinada em 1931, estabelece princípios sobre a conservação e o restauro de monumentos e, pela primeira vez, aparece evidenciada a importância da educação dos indivíduos pelos monumentos. Em 1945, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), e cujos objetivos, contemplam a educação para o património, considerada um pilar na construção da paz e da segurança. No mesmo sentido, em 1946, é fundado o ICOM (Conselho Internacional dos Museus).

A 23 de Novembro de 1972, em Paris (França), foi aprovada a Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, na XVII Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, onde se destaca importância do envolvimento mais ativo dos Estados, aconselhando a criação

programas educativos e informativos, de modo, a incentivar o respeito e a estima das populações em relação ao património cultural e natural (Primo, 1999).

Em 26 de Novembro de 1976, na XIX Sessão da UNESCO, foi aprovada uma recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e a sua Função na Vida Contemporânea.

A Carta de Burra (Austrália), elaborada em 1980, pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), designa recomendações para a conservação e restauro, seguindo a mesma linha da Carta de Veneza, apresentada anos antes no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em 1964.

Tendo como objetivo efetivar uma união mais estreita entre os membros do Conselho da Europa (CE/EC), nomeadamente a fim de salvaguardar e promover os ideais e princípios que constituem o seu património comum, foi aprovada em Granada (Espanha), a 3 de outubro de 1985, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa.

A Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista), aberta à assinatura em La Valleta (Malta), de 16 de Janeiro de 1992, estabelece medidas para promover a proteção do património arqueológico, enquanto meio de transmissão, preservação e “clarificação” da memória coletiva europeia e, enquanto instrumento de estudo histórico e científico (obrigações de identificação do património, adoção de medidas de proteção, de conservação integrada do património arqueológico, de financiamento da pesquisa arqueológica e conservação dos artefactos e sítios, de recolha e divulgação de informação de carácter científico, consciencialização pública, prevenção da circulação ilícita de elementos do património arqueológico).

A necessidade de aumentar a resposta em relação às preocupações e interesses relativos ao património cultural no mundo contemporâneo, levou à apresentação e aprovação do Documento de Nara (Japão), pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS, num encontro de especialistas, sobre a autenticidade do património cultural, entre 1 e 6 de Novembro de 1994.

A 26 de Outubro de 2000, foi assinada a Carta de Cracóvia (Polónia), que estabelece os princípios para a conservação e o restauro do património construído.

O Parlamento e o Conselho Europeu emitem em 2001 a Diretiva Europeia nº 2001/42/CE, de 25 de Junho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A 2 de Novembro de 2001, em Paris (França), é aprovada na XXXI Sessão da Conferência Geral da UNESCO, a Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, cuja finalidade é fornecer as linhas orientadoras a nível internacional relativamente à pesquisa, tutela, promoção e valorização do património preservado no meio subaquático.

Com a finalidade da “salvaguarda do património cultural imaterial” (Cap. I, 1º artigo, alínea a), “o respeito do património cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos” (Cap. I, 1º artigo, alínea b), “sensibilização a nível local, nacional e internacional para a importância do património cultural imaterial e da sua apreciação recíproca” (Cap. I, 1º artigo, alínea c) e, a “cooperação e assistência internacionais” (Cap. I, 1º artigo, alínea d), é aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, Paris (França), a 17 de Outubro de 2003, com entrada em vigor a 20 de Abril de 2006 (ratificada por Portugal a 26 de Março de 2008).

1.2. Enquadramento legal nacional

1.2.1. No âmbito arqueológico

A tomada de consciência para a sua preservação, levou a que nos anos 70 e 80 as autoridades nacionais consagassem na lei a regulamentação dos trabalhos arqueológicos, pela Portaria número 269/78 de 12 de Maio, relativa ao regulamento de trabalhos arqueológicos e, a Lei 13/85 de 6 de Julho (revogada pela Lei 107/2001, de 8 de Setembro), que estabelece, de modo geral, as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural Português, com objetivo de contribuir para a “compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura” (Cap. I, 1º artigo, alínea a) e, segundo o 36º artigo e os seguintes consagram um regime específico para o património arqueológico. Atualmente, o Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, de atualização do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro), “estabelece as normas a observar na realização de trabalhos arqueológicos, regulando e normalizando a atividade arqueológica e os direitos e obrigações de todos os seus intervenientes” (1º artigo, do anexo).

A defesa do património cultural e do ambiente representam, de acordo com a constituição portuguesa, uma tarefa fundamental do Estado, atribuindo ao poder central o dever de assegurar a transmissão de uma herança nacional, garantindo a conservação e salvaguarda, por meio da inspeção e prevenção, de acordo com os artigos 3º a 6º da Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

A importância dada ao contributo da arqueologia para a recuperação e salvaguarda da paisagem clarifica-se com a Carta de Malta, relacionando ordenamento de território com o conceito de preservação e salvaguarda do património arqueológico. Em Portugal, a partir da década de 90 do século XX, a Carta de Malta (aprovada para ratificação pela Assembleia da República, pela Resolução número 71/97 de 16 de Dezembro) não só contribuiu para o aumento da necessidade de preservação do Património mas também, contribuiu para o grande crescimento do trabalho em arqueologia e, certamente, influenciou a criação da Lei número 107/2001 de 8 de Setembro - Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (LPC).

No âmbito do património cultural, foram criados organismos de tutela com o objetivo controlar o processo geral das intervenções arqueológicas, exigindo qualidade no trabalho arqueológico, adotando e fazendo cumprir a legislação. Assim, em 1997, foi criado o Instituto Português de Arqueologia (IPA), pelo Decreto-Lei nº 117/97 de 14 de Maio, marcando o abandono de um modelo de organização do sector cultural e pelo recomeço de um novo modelo que permitiu à arqueologia ganhar independência, valorizando-se em diferentes frentes de ação (Bugalhão, 2002, pp. 45-38) e, promoveu uma maior e melhor distribuição das competências por todo o território nacional, estabelecida por uma estrutura descentralizada de serviços dotada de corpos técnicos. Em 2007, após a extinção do IPA, foi criado Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IGESPAR, IP, pelo Decreto-Lei número 96/2007 de 29 de Março, sucedendo às atribuições do IPA. Mais recentemente, em 2012, foi concretizada a criação da estrutura orgânica da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), pelo Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional” (2º artigo, alínea 1) pois, de acordo com ponto número 4 do Artigo 77º da LPC, é ao Estado, através do organismo que tutela o

património cultural – hoje a DGPC -, a quem compete a administração do património cultural, ou seja, tem uma ação fiscalizadora, reguladora e normativa.

1.3. Enquadramento legal Municipal

De âmbito municipal, existem documentos regidos segundo alguns princípios e recomendações lançadas nos diversos documentos internacionais e nacionais, que regulamentam o uso do solo e estabelecem planos para a salvaguarda do património local:

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Arruda dos Vinhos, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/97, publicada no Diário da República n.º 23/97, 1.ª Série B, de 28 de janeiro, tendo sofrido alterações, por adaptação, publicadas em Diário da República n.º 53/2010, 2.ª série, de 17 de março. Atualmente decorre o processo de revisão ao PDM, com a reedição de estudos base; O Programa Operativo de Gestão Estratégica para o Concelho de Arruda dos Vinhos, publicado em 2002, que estabelece um conjunto de linhas estratégicas para o desenvolvimento equilibrado do município; O Plano Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos, publicado em 2002, que «baliza a área de intervenção museológica e estrutura de forma organizada o que se pretende para o concelho de Arruda» (Programa Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos, 2002, p. 2); O Regulamento da Rede Municipal de Museus de Arruda dos Vinhos, que «define a estrutura e funcionamento dos museus que existem ou existirão no concelho» (Programa Estratégico Museológico para o Concelho de Arruda dos Vinhos, 2002, p. 2); O Plano de Pormenor da Zona Industrial de Reciclagem (ZIR), publicado em Diário da República n.º 13, 2.ª Série, do dia 18 de Janeiro de 2008, direcionado para a organização espacial e funcionamento das indústrias de transformação e reciclagem de “sucatas”, existentes no município.